



Em 23 de novembro...

A Educação de Arraial vai parar!

Pág. 4

Por um PCCR justo e que contemple a todos os trabalhadores das escolas de Arraial!

Pág. 2

Por 30h de jornada, sem redução salarial, para todos os funcionários administrativos!

Pág. 3

Basta de enrolar as comunidades! Exigimos eleições democráticas para diretores, já!

Pág. 3

É PRECISO LUTAR!

Por um PCCR justo e que contemple a todos os trabalhadores das escolas!

Com projeto de revisão engavetado há quase 2 anos, a Prefeitura segue tentando perpetuar injustiças sem realizar qualquer estudo de impacto financeiro.

A paralisação que os trabalhadores em educação de Arraial do Cabo decidiram deflagrar no dia 23 de novembro tem como uma de suas principais pautas a luta por um novo Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR). A categoria reivindica uma legislação que contemple a todos os trabalhadores das escolas, pois os funcionários administrativos, auxiliares de serviços gerais, inspetores escolares, auxiliares de creche, professores, dentre outros, são todos integrantes de uma só categoria: são todos Educadores!

Os trabalhos pela revisão do PCCR dos servidores foram iniciados ainda no auge da pandemia, há quase dois anos.

O Sepe Lagos sempre acompanhou as reuniões da Comissão de Revisão e realizou inúmeras plenárias e assembleias que se dedicaram a debater e construir propostas dos trabalhadores para a atualização do Plano.

Ao longo de 2021 a Comissão de Revisão realizou inúmeros debates em reuniões online que contaram com a participação tanto de integrantes da administração municipal, como de representantes do sindicato, embora este estivesse sempre em minoria dada a ausência de paridade na composição da Comissão, controlada pelo governo.

Ao término dos trabalhos desta Comissão a Direção Colegiada do Sepe Lagos não concordou com o conteúdo final da proposta. Parte dos profissionais que atuam em funções administrativas continuaram excluídos de direitos gozados por outros setores da Educação, sem qualquer justificativa para este tra-



Sem justificativa.

A administração de Marcelo Magno (PL) não avançou um milímetro na revisão do PCCR dos servidores cabistas e busca manter o tratamento desigual entre profissionais docentes e administrativos.

Foto: Divulgação

tamento desigual, injusto e sem sentido.

Mesmo com todos estes debates, o prefeito Marcelo Magno (PL) não avançou um milímetro numa efetiva atualização deste Plano. Assim, permanecem inalteradas injustiças que vigoram há vários governos, perpetuando o descaso.

Frente à paralisia do governo, o Sepe Lagos sempre cobrou a realização de um estudo de impacto para que se comprovasse a viabilidade do atendimento das

reivindicações da categoria. Porém, o prefeito sentou em cima das propostas de revisão do PCCR ao longo de todo este tempo. Recentemente, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) também recomendou à Prefeitura agilizar a atualização do Plano.

O Sepe Lagos alerta a toda categoria que a paralisação deste dia 23 é essencial para que o governo seja pressionado a atender nossas exigências sobre o PCCR.

EXPEDIENTE

MINUTO DO SEPE
Boletim informativo oficial do Sepe Lagos

Uma publicação Oficial do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro, Núcleo Lagos

Sepe LAGOS

Secretaria de Formação e Comunicação Sindical

Endereço: Av. Júlia Kubitschek, nº 16, Sl. 311, Centro de Cabo Frio - RJ • CEP: 28.905-000.
Tel.: (22) 2644-9898 • Wpp: (22) 9-9878-0191
E-mail: sepe.lagos@gmail.com • Site: sepelagos.org.br

Redação, design e diagramação:
Ricardo Malagori (jornalista)

É POSSÍVEL VENCER!

30h de jornada, sem redução salarial, para os funcionários administrativos!

Uma das principais demandas da paralisação dos educadores cabistas no dia 23/11.



Os funcionários administrativos de Arraial do Cabo têm enfrentado uma jornada extenuante. Também sofrem com condições de trabalho que impactam negativamente não apenas suas condições de vida como o próprio trabalho educativo com as crianças.

A principal reivindicação deste setor da educação municipal é a redução da jornada de trabalho de para 30 horas, sem redução de salários e direitos. Esta medida é necessária para que seja possível evitar o adoecimento e o exaustão em decorrência do trabalho.

Um exemplo gritante desta necessidade são as Auxiliares de Creche, que executam tarefas que exigem muita atenção,

preparo físico e psicológico. Cuidam de crianças em suas necessidades mais básicas, muitas vezes atendendo a um número excessivo de alunos em cada turma.

Em plenária realizada na sede do Sepe Lagos no final do mês de julho deste ano, foram inúmeros os relatos destas trabalhadoras sobre irregularidades e situações absurdas vividas nas unidades de educação infantil do município.

Hoje as Auxiliares de Creches cumprem uma jornada de 40h que em muitas unidades de ensino se estendem por ainda mais tempo. Algumas direções escolares forçam as trabalhadoras a permanecerem no trabalho até que a última criança seja buscada pelos pais, indepen-

dentemente do horário, e sem o correto pagamento de horas extras.

Além da redução de jornada, elas reivindicam que a categoria tenha acesso a cursos de formação continuada, de forma a qualificar sua atuação educativa junto às crianças.

A luta por 30h para funcionários administrativos é uma pauta de reivindicação história de todas as redes de ensino, e já foi conquistada em alguns municípios.

O Sepe Lagos convida mesmo os setores da categoria não diretamente ligados às funções administrativas a abraçar esta causa que é justa, necessária e urgente. Neste dia 23/11, paremos por 30h para funcionários administrativos, já!

ALTERNÂNCIA, JÁ!

Sem eleições para direção, não há gestão democrática nas escolas

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia (Semecct) até o momento não iniciou o processo de organização das eleições para as equipes diretivas das unidades municipais de ensino. Estamos praticamente no final do ano letivo e não há garantias de que a escolha dos novos dirigentes escolares se dará de maneira justa e democrática.

O princípio da Gestão Democrática das

Escolas é um direito inegociável de todos os integrantes das comunidades escolares: profissionais, educandos, responsáveis por alunos. É um absurdo o descado da administração municipal com este processo.

O Sepe Lagos alerta que somente com a mobilização garantiremos que as novas direções não sejam impostas sem participação popular. Dia 23/11, paramos por democracia nas escolas cabistas!

QUA • 23 NOV • 14H
CASA DO EDUCADOR
(ANTIGO CINEMA)

Todas e todos à paralisação de 24h e ao ato público da Educação de Arraial!

Decisão tomada na última Assembleia da Rede, dia 01/11

Os trabalhadores em educação da Rede Municipal de Arraial do Cabo decidiram cruzar os braços por 24h e realizar um ato público no dia 23/11. A decisão foi tomada por ampla maioria dos mais de 50 profissionais que participaram da última Assembleia Geral realizada em formato online na terça-feira, 1º de novembro, convocada pelo Sepe Lagos.

PCCR justo e 30h, já!

O movimento será uma forma de pressionar a prefeitura a negociar diversas pautas urgentes da categoria. A mobilização é motivada pela necessidade de revisão do PCCR (Plano de Cargos Carreiras e Remuneração), pauta que já foi enfatizada inclusive pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), que enviou recentemente uma comunicação ao governo recomendando que seja agilizado o processo de aprovação de um novo PCCR.

Os educadores exigem que o PCCR seja readequado, levando-se em conta as proposições feitas pelos trabalhadores nas diversas reuniões já realizadas ao longo do ano de 2021 para revisão deste Plano, tornando-o abrangente para todos os servidores que atuam nas escolas e rompendo com as injustiças contidas na legislação vigente.

O movimento também luta pela redução da jornada de trabalho de todos os funcionários administrativos para 30h – sem redução salarial –, uma medida absolutamente necessária para

conter as situações inadmissíveis de sobrecarga de trabalho e de adoecimento físico e mental destes profissionais, que amargam algumas das piores remunerações do funcionalismo município e exercem funções exaustivas.

Triênios, níveis, gratificação de 1/6

A categoria cobra, ainda, o correto pagamento dos triênios e progressões de níveis, o cumprimento da gratificação de 1/6 (a que os trabalhadores têm direito ao completarem 25 anos de trabalho) e o respeito ao princípio da Gestão Democrática das Escolas com a imediata realização dos processos eleitorais para as equipes diretivas das unidades municipais de ensino, dentre muitas outras demandas.

O Sepe Lagos já comunicou a Secretaria Municipal de Educação sobre a decisão da categoria pela paralisação.

A direção do sindicato esteve reunida com a secretária de educação, a professora Isalira Gomes, em 26 de setembro. Na ocasião, a chefe da pasta demonstrou que não tinha oposição às demandas que agora motivam a paralisação de toda a educação municipal. No entanto, insistiu que não estaria autorizada pela Prefeitura e pela Procuradoria Geral do Município a atendê-las.

Dia 23/11: luta de todos e por todos!

Por este motivo, na segunda-feira passada (31/10) o Sepe Lagos também solicitou à Prefeitura Municipal uma audiência com a participação conjunta do prefeito Marcelo Magno (PL), da Procuradoria Geral do Município e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia (Semect) para tratar da pauta de reivindicações da categoria.

Propostas aprovadas na última Assembleia:

1. Greve de 24h no dia 23/11, com Ato Público às 14h, em frente à Casa do Educador (antigo cinema);
2. Campanha de mobilização: PCCR; 30h para os funcionários administrativos; Eleição para diretores de escola; Questão salarial; Triênios; e mudança de nível;
3. Formação da Comissão de Base

para acompanhar a audiência, composta pelas servidoras Hevelyn Silveira Gomes, Nanci Campos de Araújo e Marli Rocha;

4. Vigília na audiência (a ser avaliada na comissão de base e direção);

5. Próxima assembleia a ser marcada pela direção do Sepe Lagos.